

Lyra vê poucas chances de novas cassações

■ Deputado que vai presidir as novas investigações na Câmara argumenta que os poderes da Corregedoria são muito restritos

Arnildo Schulz — 7/10/93

BRASÍLIA — Os 11 deputados e um senador que continuarão sob investigação na Câmara, através de uma comissão de sindicância presidida pelo Corregedor da Casa, deputado Fernando Lyra (PSB-PE), têm poucas chances de ficarem sujeitos à cassação. “As chances são mínimas. Se a CPI não conseguiu colocá-los no relatório, onde vamos buscar os elementos para incriminá-los?”, argumentou ontem Lyra, uma hora antes de se encontrar com o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), para definir a estratégia de condução dos trabalhos de investigação.

Lyra observou que o poder da corregedoria é muito restrito, pois restringe-se à apreciação do comportamento dos parlamentares no recinto da Câmara. “Nós não podemos pedir a quebra do sigilo telefônico, nem fiscal e nem bancário. E esses são grandes instrumentos para incriminação”, ponderou o corregedor. Por isso, disse, se a CPI do Orçamento não conseguiu elementos suficientes para sugerir a cassação dos 11 parlamentares, a corregedoria da Câmara terá muitas dificuldades para obter provas.

Sem ainda ter lido integralmente o relatório final da CPI do Orçamento, o corregedor da Câmara disse que pretende examinar individualmente as acusações que recaem sobre cada um dos 12 parlamentares que continuarão a ser investigados. “Vamos examinar caso a caso”, afirmou Lyra. E observou que, após a análise, poderá enviar os dados para a Receita Federal, o Ministério Público ou para Comissão de Constituição e Justiça. “Pretendo sugerir ações a esses órgãos.”

Ao todo, a Corregedoria da Câmara irá investigar 11 deputados — Pinheiro Landim (PMDB-CE), Uldurico Pinto (PSB-BA), Pedro Irujo (PMDB-BA), José Carlos Aleluia (PFL-BA), Gastone Righi (PTB-SP), Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), José Luiz Maia (PPR-PI), Paes Landin (PFL-PI), José Carlos Vasconcellos (PRN-PE) e Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Jesus Tajra (PFL-PI) — e o senador Dario Pereira (PFL-RN). “Mas a corregedoria em si é muito limitada. Ela age mais politicamente”, lamentou Lyra.



Lyra: “Se a CPI não conseguiu colocá-los no relatório, onde vamos buscar elementos?”